

# CARTOGRAFIA SOCIAL: O MAPA COMO CONSTRUÇÃO CULTURAL E EXERCÍCIO DO PODER

Social cartography: the map as a cultural construction and the exercise of power

Cartografia social: el mapa como una construcción cultural y el ejercicio del poder

## RESUMO

Este artigo é produto da dissertação de mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe. O trabalho traz um descritivo histórico sobre os diversos tipos de cartografias, incluindo a cartografia social e a utilização delas nos diversos processos de formação histórica da sociedade através das diversas culturas e da formação dos diversos poderes exercidos.

**Palavras-chave:** Cartografia Social, Território, Poder.

## ABSTRACT

This article is a product of the dissertation on Development and Environment of the Federal University of Sergipe. The work brings a historical description of the various types of cartography, including social mapping and the use of them in the various processes of historical development of society through diverse cultures and training of the various powers exercised.

**Keywords:** Social Cartography, Territory, Power.

## RESUMEN

Este artículo es un producto de la tesis de Desarrollo y Medio Ambiente de la Universidad Federal de Sergipe. El trabajo aporta una descripción histórica de los distintos tipos de cartografía, incluyendo mapeo social y el uso de ellos en los diversos procesos de desarrollo histórico de la sociedad a través de diversas culturas y la formación de los diferentes poderes ejercidos.

**Palabras clave:** Cartografía Social, Territorio, Poder.

### Jadson de Jesus Santos

Doutorando e Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo PRODEMA/UFS. Graduado em Geografia-Licenciatura pela Universidade Federal de Sergipe (Campus Itabaiana-SE). Especialista em Biotecnologia e Meio Ambiente pela Faculdade Atlântico (Aracaju-SE). Membro do Grupo de Pesquisa GEOPLAN - Geoecologia e Planejamento Territorial (UFS/CNPq). E-mail: jadinho@live.com

### Gicélia Mendes da Silva

Possui Graduação, Mestrado e Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. Professora Associada I do Curso de Licenciatura em Geografia na Universidade Federal de Sergipe. Professora do Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFS). Coordenadora Institucional do PIBID/UFS. Vice-líder do Grupo de Pesquisa em Geoecologia e Planejamento Territorial (GEOPLAN/CNPq). Pesquisadora do GEOPLAN/UFS e LACTA/UFF. E-mail: gicamendes@yahoo.com.br

*Artigo recebido em: 28/09/2015*

*Artigo publicado em: 14/12/2015*

## INTRODUÇÃO

O mapa é, ao longo do tempo, objeto para diversas funcionalidades que vão desde a localização à demarcação de fronteiras e exercício do poder. O que será debatido neste artigo são alguns dos papéis exercidos pelos mapas ao longo da história, fazendo análise sobre a importância em cada um dos contextos históricos.

A confecção de um mapa está normalmente ligada a profissionais capacitados para isso, o que de fato é necessário, quando levado em conta a cientificidade e o uso das técnicas necessárias que envolvem a composição de um mapa que tem como objetivo a localização precisa de lugares.

Porém, é preciso levar em conta ainda que há outras formas de mapeamento que não necessariamente exigem precisão de localização, mas sim, precisão de percepção. O mapa, além da função de localização pode servir também de base para estudos sociais, antropológicos, históricos, biológicos ou mesmo geográficos locais e ser, também, produto destes estudos.

É perceptível a importância deste instrumento em cada uma de suas funções, para noções de localização, delimitação de limites e fronteiras, exercício do poder e, conseqüentemente, guerras, deflagradas pela não aceitação por parte dos envolvidos em uma fronteira litigiosa.

O mapa é um meio de comunicação, entre os homens, mais antigo que a escrita. Foi através dele que o homem passou a sentir-se mais seguro na exploração dos novos locais, demarcando-os a fim de poderem voltar ao mesmo local assim que fosse necessário. Como exemplificado por Oliveira (2007),

Não se pode esquecer que somente no século XX a humanidade pôde ver áreas da superfície terrestre de posições mais elevadas, e que a oportunidade de observar a Terra como um todo ainda está reservada aos tripulantes das viagens espaciais que se iniciaram a partir dos anos 1960. A imagem que os homens tinham da terra não era construída a partir de uma percepção física direta, mas sim mediante uma representação deduzida matematicamente. (2007, p. 26)

O mapa é a descrição de um lugar em duas dimensões. Nele são destacados os pontos importantes de um local, por meio do olhar cartográfico de quem o confec-

ciona. Esse tipo de material surgiu no Egito Antigo a quase 4 mil anos. Porém, foram os Romanos e Gregos que desenvolveram a técnica de fazer um mapa, necessária para as suas conquistas. Por meio desses mapas terras foram desbravadas e conquistadas.

A cartografia, a depender do contexto histórico, considerada como arte, já foi símbolo de ostentação em determinados períodos da história da humanidade, justamente por serem objetos importantes para a localização de terras desconhecidas. Baseava-se na estrutura do mapa o que já era conhecido e, por meio dele, desbravar e conquistar o que ainda era desconhecido.

Dentre as funções do mapa, as de orientação e localização são vistas como das principais. Mesmo quando leigos, a maior parte das pessoas tem noção sobre o que é e para que sirva um mapa. Para Oliveira (2007),

O mapa sempre foi um instrumento usado pelos homens para se orientarem, se localizarem, se informarem, enfim, para se comunicarem. O mapa é usado pelo cientista e pelo leigo, tanto em atividades profissionais como sociais, culturais e turísticas. O mapa é empregado pelo administrador, pelo planejador, pelo viajante e pelo professor. Todos, de alguma maneira, em algum momento, com maior ou menos frequência, com as mais variadas finalidades, recorrem ao mapa para se expressarem espacialmente. (2007, p. 16)

Ao longo da história, o mapa foi o responsável pela representação do espaço não apenas do que é visível, mas também da construção do limite imaterial que o homem passou a denominar de fronteira a qual, até os dias atuais, é uma das causas da iminência de conflitos e guerras. É por meio dessas linhas imaginárias que “as construções humanas, que se tornam ‘naturais’ e fatos consumados no discurso dos livros didáticos de geografia e dos manuais de cartografia” tomam forma. (SEEMANN, 2006, p. 111)

Com o passar do tempo, a cartografia foi tomando corpo no que diz respeito às suas técnicas. Os conceitos de latitude e longitude, por exemplo, começaram a ser “discutidos pela primeira vez por volta de 300 a.C. na antiga Grécia para definir posições geográficas na superfície terrestre” (HOWSE apud SEEMANN, 2006, p. 113). Mais de um século depois, por volta de 190 a 120 a.C., o matemático grego

Hiparco, desenvolveu um método denominado de “rede geográfica” que tinha como finalidade “determinar posições no Globo terrestre, o que Cláudio Ptolomeu mais tarde exploraria para o seu sistema de coordenadas” (SEEMANN, 2006, p. 113-114).

O interessante a ser dito, diante desse contexto histórico, é que todos esses fatos estão registrados apenas em textos descritivos. Mesmo assim, esse período cartográfico, desenvolvido na Grécia Antiga, foi de grande importância para o aprimoramento das técnicas cartográficas no decorrer do tempo.

Sem dúvida, foram os geógrafos que mais difundiram o uso desse instrumento tão antigo. O mapa, para um geógrafo, além de uma mera representação espacial, serve também para o estudo de sociedades e suas dinâmicas no espaço, além de ser utilizado em estudos de origens de sociedades.

## O mapa e o exercício do poder

No contexto histórico, o mapa também serviu e serve para emineciar guerras. A busca pela expansão de territórios sempre foi o principal motivo para o início de disputas entre povos. De acordo com Raffestin (1993):

A cartografia moderna apareceu na Renascença. Seguiu portanto de perto o nascimento do Estado moderno. Muito rápido, se tornou um instrumento de poder e do ‘Poder’. Essa cartografia privilegiou uma ‘sintaxe’ euclidiana que certamente não deixou de contribuir para modelar os comportamentos do poder. Essa sintaxe é muito eficaz, pois só mobiliza três elementos fundamentais: a superfície ou o plano, a linha ou a reta e o ponto ou o momento do plano. É da combinação desses elementos que resultam as imagens ou as representações do espaço. (1993, p. 145)

Ao retratar um local em duas dimensões por meio de um mapa é preciso levar em conta os principais pontos e principais características deste local. Muitas vezes, por não estar inserido no contexto desse local, o cartógrafo, às vezes, peca em relação a algumas das características como: o destaque ou mesmo ausência de locais importantes para a população local.

Além desses pontos, esse profissional também deve levar em conta as características técnicas necessárias para a confecção desse tipo de material, tais quais:

escala, legenda, paralelos e meridianos. Os dois últimos, paralelos e meridianos, possuem papel de importância na construção de um mapa, principalmente para a real localização dos pontos específicos, como afirma Lévy (2008) sobre a construção dessas linhas imaginárias essenciais para a localização:

Com seu “diafragma” (oeste-leste) e sua “perpendicular” (norte-sul) se cruzando em Roma, Diarcearco (347-285 a.C.) corporifica, independentemente dos conhecimentos concretos do planeta, a ideia de latitude e de longitude, um caminho continuado durante cinco séculos seguintes por Eratóstenes, Hiparco e Ptolomeu para alcançar o esboço de uma cartografia geométrica, da qual podemos considerar Mercator (1512-1594) como continuador. (2008, p. 155-156)

A cartografia tradicional tem por finalidade localizar pontos e locais propriamente ditos, muitas vezes deixando de lado outros elementos importantes para a localidade representada no mapa. Nesta perspectiva, a cartografia parece ser apenas um arcabouço de localizações de pontos e de lugares, estratégicos ou não.

Um mapa pode ser tratado simplesmente como uma mera tabulação e dados, onde ao compor no papel dados e informações relevantes a um determinado espaço, pode ser considerado como apenas um documento para consulta, não sendo uma real indicação do que realmente pode ser encontrado nesse espaço.

Como ponto diferencial da cartografia tradicional, a cartografia social possui abordagem que vai além da localização pontual, buscando representar os diversos locais de acordo com o que eles representam para as pessoas e/ou grupos sociais.

Na construção de um mapa é preciso se apresentar não apenas o processo de percepção. É necessário adentrar no contexto do sujeito a fim de compreender a representação inserida no papel, para explicar o porquê daquele caractere representar o espaço ali inserido. Para isso, é preciso perceber o quão é importante a representação cartográfica de um espaço no olhar do sujeito diretamente inserido naquela sociedade. Sua percepção, portanto, pode ser totalmente diferenciada do que um profissional teria do mesmo espaço. Assim afirma Acselrad (2013):

Na elaboração do mapa, o reconhecimento do saber tradicional nem sempre é eviden-

te. É a partir do diálogo de saberes que o conhecimento local pode se expressar. A interação entre sujeitos com conhecimento técnico e sujeitos com conhecimento tradicional deve ser objeto de reflexão por parte dos pesquisadores do processo cartográfico e seus métodos, de modo a se alcançar o diálogo entre técnicas e saberes e evitar a imposição de um sobre o outro, ou ainda que se excluam mutuamente. Isso implica na necessidade de que os sujeitos do conhecimento técnico construam junto com as comunidades e autoridades étnicas as estratégias do processo cartográfico. (2013, p. 21)

No espaço é possível observar todo conteúdo aderido a ele no decorrer da história. Na geografia o espaço é objeto de estudo. Através dele são estudadas as concepções sociais, culturais e naturais. O homem possui papel de grande importância na construção deste objeto, é ele quem intervém, muitas vezes de forma totalitária, nas transformações da própria sociedade.

A necessidade de inclusão dos diversos olhares dos atores sociais é de extrema importância para a realização de um estudo cartográfico social. É, a partir desta inserção, que são elaborados novos conceitos sobre os diversos espaços representados por estes atores. Corroborando com Santos (1997):

Os fatos estão todos aí, objetivos e independentes de nós. Mas cabe a nós fazer com que se tornem fatos históricos, mediante a identificação das relações que os definem, seja pela observação de suas relações de causa e efeito, isto é, sua história, seja pela constatação da ordem segundo a qual eles se organizam para formar um sistema, um nosso sistema temporal, ou melhor, um novo momento do modo de produção antigo, um modo de produção novo, ou a transição entre os dois. Sem relações não há "fatos". É por sua existência histórica, assim definida, no interior de uma estrutura social que se reconhecem as categorias da realidade e as categorias de análise. Já não estaremos, então, correndo o risco de confundir o presente com aquilo que não mais o é. (1997, p. 10-11)

O olhar possui limites, não vemos as coisas como elas realmente são. A interpretação do que vemos é o que nos leva a opinar e descrever sobre o lugar onde vivemos. O olhar também não é limitado apenas ao que é visível. O que é imaginável – em relação à cultura e relações sociais – também é de primordial importância a interpretação de um lugar. O perceber é o pensar sobre como o lugar, a cidade, o es-

paço foi construído e os motivos de toda a dinâmica que ocorre por ela exercendo ligações com todas as relações sociais. A cartografia tradicional busca inserir dados em mapas, muitas vezes sem levar em conta todo esse contexto inserido dentro do espaço apontado no mapa. Alguns estudiosos dizem que é possível se opor às cartografias predominantes.

Desse modo, criam-se novas possibilidades de mapeamento para os diversos níveis de utilizações. Por vezes é preciso aproveitar o que já tem produzido e adequar às novas necessidades. É possível também utilizar-se apenas dos métodos utilizados para construir uma nova maneira de mapear sobre as suas necessidades.

Uma releitura dos conceitos antigos permite o surgimento de novas possibilidades para a criação ou reinvenção de novas cartografias. Para isso exige-se um estudo criterioso de diversos referenciais acerca da trajetória da cartografia tradicional perpassando pelos diversos acontecimentos entre as diversas modificações e reinvenções cartográficas ocorridas a fim de se adequar às novas eras e aos novos contextos.

Para Lévy, há muito é anunciada a morte do mapa e isso se deve ao fato dele possuir "caráter estático de um documento fixo face à possibilidade de organizar o mapa em sequências dinâmicas" (LÉVY, 2008, p. 159). Por isso, são levadas em conta as novas tecnologias que trouxeram ao mapa novas possibilidades, tal qual o mesmo ter sido georreferenciado e utilizado em diversos equipamentos. Por meio de tecnologias como a Global Positioning System (GPS), é possível dar novos usos ao mapa além da navegação realizada por técnicos e conhecedores.

Cartografar é também inserir as diversas formas de expressão, como a simbólica, envolvendo todas as relações culturais por meio da identidade territorial definida pelos grupos sociais como forma de apropriação simbólica do espaço. Desse modo, as diversas ciências devem estabelecer conexões entre elas, não podendo ser dissociadas umas das outras.

Para Raffestin, o poder é uma palavra carregada de ambiguidade, de acordo interpretação dada pelo mesmo ao conceito de poder concebido por Foucault "(...) é preciso compreender por poder primeiro a multiplicidade das relações de força que são imanentes ao domínio em que elas se



exercem e são constitutivas de sua organização” (FOUCAULT apud RAFFESTIN, 1993, p. 52).

A partir do momento em que há relações sociais, o poder está ali presente. É difícil definir de onde surgiu tal força, ela apenas está presente e com força no intuito de estabelecer, de certa forma, uma ordem para essas relações sociais. Em relação a esta contextualização Martins (2007) afirma que:

Os processos históricos nos quais se dão as afirmações particulares dos indivíduos incluem a dimensão coletiva, da comunidade ou da sociedade, na qual determinada parte dos referentes individualizantes é compartilhada. Essa dimensão contém um componente atemporal, ou transtemporal, que funda, reforça e sustenta o elemento da duração e da continuidade coletivas em que se situam as pessoas e grupos. (2007, p. 30)

As relações de poder são imanentes às relações sociais, econômicas ou qualquer outro tipo de relações. E por ser, o poder, essencial para a construção de relações entre os membros da sociedade, há sempre quem pleiteie o poder a fim de ficar acima do outro. O poder está, também, diretamente ligado às forças de resistência. Há o intuito de grupos sociais periféricos de tentar barrar certas formas de poder, principalmente quando levado em conta o Poder exercido pelo Estado.

As diversas dimensões atribuídas às disputas de espaços podem servir também de comparações para a interpretação da dinâmica espaço-territorial. Contextos históricos, culturais, naturais e espaciais formam as diversas sociedades. São nessas dinâmicas que estão inseridas as relações de poder e é a partir dessas relações que se dão a formação da territorialização. Haesbaert (2009) trata desse assunto de forma dinâmica, para ele a territorialização depende de todos esses fatores citados acima, corroborando com o autor:

Há uma distinção muito nítida entre diferentes formas de construção do território e/ou da territorialidade em relação aos seus recursos, dependendo de fatores como o tipo de mobilidade a que o grupo está sujeito. (2009, p. 56-57)

A dinâmica e diferenciação dos territórios dependem de variações de diversas dimensões: física, econômica, simbólica e sociopolítica. Para Albagli (2004), “o território é o espaço apropriado por um ator,

sendo definido e delimitado por e a partir de relações de poder, em suas múltiplas dimensões” (p. 26).

Não obstante a essa conceituação, Souza (2009), em “Território da divergência (e da confusão)”, tenta desfazer o uso do conceito de território no Brasil a partir da primeira metade dos anos 1920. Para ele “não é incomum ler ou ouvir coisas que demonstram que (...) o território é (...) como se ele fosse, a priori, mais importante ou rico (...) que conceitos como, por exemplo, lugar (...) ou paisagem” (p. 58).

Ainda segundo Souza, “o que define território é, em primeiríssimo lugar, o poder (...). Isso não quer dizer, porém, que cultura e mesmo a economia não sejam contemplados, ao se lidar com o conceito de território” (Ibid, p. 59). O poder é, dessa maneira, relação social, enquanto o território representa o espaço do poder.

Como afirma Raffestin (1993), “O território é um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é o espaço político por excelência, o campo de ação dos trunfos” (p. 59-60)

O território é, então, a essência das relações sociais e de poder inseridas no espaço. A representação desse território dá-se em forma de mapas. Assim, o mapa, é o principal instrumento de representação do poder no espaço. Porém, o conflito de domínio do poder de um território vai além das terras. Nesses conflitos de terras há a disputa para, principalmente, o que está contido nela, desde os recursos naturais, como minérios, aos recursos humanos, a população e sua cultura.

A territorialidade, de início, foi vinculada ao princípio jurídico da base territorial do Estado, sendo referida às regras, leis e normas que são aplicadas aos seus habitantes. No âmbito das ciências humanas, o conceito de territorialidade refere-se às relações entre os indivíduos e grupos sociais onde são expressados os conceitos de pertencimentos em um determinado espaço geográfico. Para Albagli (2004),

Territorialidade não é, por outro lado, sinônimo de raízes territoriais, já que é transportável e é dinâmica, como no caso de migrantes que se apropriam de novos territórios e reconstituem suas identidades territoriais em novos espaços. [...] A territorialidade é, assim, elemento de coesão social, fomentando sociabilidade e solidariedade; mas pode ser também fonte ou

A identidade social é a responsável pelo surgimento dos movimentos sociais. A concepção de identidade muitas vezes é aflorada quando o indivíduo está fora do seu território. No município de Itabaiana, a ideia de territorialidade, assinalada pela dimensão simbólica, é caracterizada pela força cultural da valoração e pertencimento do espaço pelo povo desse município.

Para Ortiz (1985) a identidade é definida pela diferença, ou seja, é a busca do ser diferente em relação ao externo, seja num grupo social ou em apenas um indivíduo. “Porém, a identidade possui ainda uma outra dimensão, que é interna. Dizer que somos diferentes não basta, é necessário mostrar em que nos identificamos” (p. 7-8).

A construção da identidade depende de fatores como o pertencimento, sentimento, consciência – de que pertence ao grupo – e, por fim, a avaliação das memórias, aquelas as quais vão sendo acumuladas e instrumentalizam-se na construção identitária. Identidades são temporais e grupais, ao passo que há funcionalidade na essência para o aprofundamento das relações sociais. Porém não haveria identidade se não houvesse a capacidade humana de ser diferente.

De acordo com Wirth (2005), “El crecimiento de las ciudades y la urbanización del mundo es uno de los hechos más impresionantes de los tiempos modernos” (WIRTH, 1979, p. 1). Considerando que a população do mundo está desigualmente distribuída e que em alguns países a industrialização é bem recente, o crescimento das cidades ainda continua intenso. A transformação rápida de países rurais em urbanos devido à industrialização fez com que provocasse mudanças nos modos de vida das pessoas de diversas regiões. Ainda segundo Wirth (2005):

Son estos cambios y sus ramificaciones los que llaman la atención del sociólogo al estudio de las diferencias entre los modos de vida rural y urbana. El mantenimiento de este interés es un prerequisite indispensable para la comprensión y posible dominio de algunos de los más cruciales problemas contemporáneos de la vida social, pues promete suministrar una de las perspectivas más reveladoras para la intelección de los cambios que están ocurriendo en la naturaleza humana y en el orden social (2005, p. 1)

À medida que o capitalismo adentra às mais longínquas regiões e às de difíceis acessos, a cultura vai tomando outras formas, cada vez mais globalizada e, sem o exagero no uso da palavra, cada vez mais uniforme. Quanto mais as tradições perdem terreno, mais a idealização da globalização toma corpo. Os aspectos locais começam a perder espaço para culturas oriundas de outros locais e difundidas globalmente. Corroborando com Tinhorão (2006):

Realmente, a nova realidade cultural decorrente da chamada globalização ocorre no dia-a-dia com a aparência de fatos tão naturais, que dificilmente chama atenção para o que estes comportam de ideologia. E essa mesma ausência de estranheza, afinal, tem uma explicação: a oferta de produtos estranhos às diversidades locais é recebida com naturalidade porque, aqueles aos quais se dirige, já estão preparados ideologicamente para recebe-los. É que, como os produtos da indústria cultural têm como público alvo a gente das cidades com algum poder aquisitivo, e esta compõe uma classe média disposta a esquecer uma recente pobreza e consciência de atraso, tudo o que surge com a chancela de novo, moderno e atual passa a construir sinônimo de bom e desejável. (2006, p. 185-186)

Ao abordar o tema Cultura Brasileira é preciso discutir sobre as diversas relações de poder existentes nas diferentes culturas que habitam o território nacional. Cada grupo social de diferentes regiões do país possuem características próprias, o que dificulta definir sobre o que é a cultura brasileira, ou, quem sabe, pode até facilitar com o uso de apenas uma palavra: pluricultural.

É mesmo a pluriculturalidade que define as relações sociais brasileiras. No contexto da história do Brasil, houve misturas de raças e de culturas. Brancos, negros e índios transformaram suas próprias culturas em uma brasilidade de relações sociais. Essa brasilidade por muito tempo foi ofuscada da história. Para Ortiz (1985), “a ideologia do Brasil-cadinho relata a Europa das três raças que se fundem nos laboratórios das selvas tropicais” (1985, p. 38). Ortiz (1985) trabalha nesse contexto em relação ao branqueamento da história, onde, os intelectuais da época, evitavam inserir o negro ou o índio na história do Brasil.

A partir das primeiras décadas do século XX, o Brasil sofre mudanças profundas.

O processo de urbanização e de industrialização se acelera, uma classe média se desenvolve, surge um proletariado urbano. Se o modernismo é considerado por muitos como um ponto de referência, é porque este movimento cultural trouxe consigo uma consciência histórica que até então se encontrava de maneira esparsa na sociedade. (1985, pp. 39-40)

A formação cultural brasileira agregou outros fatores na sua formação como conhecemos hoje. Não apenas a mestiçagem ou as relações sociais foram as únicas responsáveis por esta pluriculturalidade como conhecemos hoje. O Estado, no exercício do poder, foi também um grande elaborador da cultura brasileira.

Em cada período da história o Estado, em cada uma de suas formas, funções e denominações, foram também responsáveis pela formação cultural deste país. Corroborando com Ortiz (1985), “o Estado é um elemento fundamental na organização e dinamização deste mercado cultural, ao mesmo tempo que nele atua através de sua política governamental” (p. 84).

O crescimento da classe média brasileira, em detrimento à industrialização das grandes cidades, cria novos espaços culturais onde há o consumo simbólico dessas produções culturais. Foi a partir dessa nova fase que houve no Brasil a expansão da cultura urbana. Esses novos atores sociais passaram a adequar, modificar, inventar novas formas de sociabilizar o conhecimento e atividades. De acordo com Bolle (1994):

Nas vitrines da metrópole, o consumidor, como um príncipe, tem a seus pés a abundância das mercadorias de todos os países do mundo. Essa atmosfera é apropriada a colocá-lo num estado de êxtase, que o embala numa sensação de ubiquidade cosmocêntrica, em “luxo, calma e languidez”. (1994, p.29)

O espaço urbano possibilita a inserção de diferentes formas de cultura de diferentes grupos sociais. Nele é possível agregar todos os conhecimentos e formas de expressão, fundindo-os ou apenas somando-os. Este arcabouço cultural nas diversas partes do país aflorou ainda mais a brasilidade pluricultural.

A demonstração da cultura pode e deve ser elencada na construção do mapa, artifício dado por meio da cartografia social, onde os grupos sociais são os autores e atores principais da construção da

representação de seu espaço. E, por meio dele, é possível demonstrar a força das interações sociais e culturais como também as necessidades de melhor sociabilização e vivência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cartografia tradicional é de extrema importância, porém de certo modo insuficiente na explicação de determinados contextos e/ou conteúdos. A cartografia social pode ser considerada como uma alternativa para complementar e auxiliar no desenvolvimento de atividades até então não contempladas pela tradicional.

É preciso que sejam pensadas novas formas de abordagens para a representação e exemplificação de um mapa. É importante a inserção de outros atores na elaboração dos mais diversos tipos de mapas existentes. Olhares locais, de convívio, e interações sociais são de grande importância para transpor em imagens aquilo, que muitas vezes, passa imperceptível por pessoas que não estão inseridas diretamente no contexto local de cultura e interação social.

Neste sentido, criar novas metodologias e significados para a cartografia pode levar a diversas problematizações de ampliação das formas de percepção e representação de percepção do espaço no campo disciplinar, sendo necessário abrir as portas para o externo, para o novo. É disso que a construção de uma nova cartografia precisa: inserir novos olhares e perspectivas acerca da sociedade ao redor, sem com isso perder o caráter primordial de um mapa: a localização.

Muitas vezes o retratado em um mapa pode não ser de fato o importante. A elaboração do cartógrafo peca, muitas vezes, pela ausência do olhar e da abordagem social. Para suprir esta lacuna, a cartografia social pode trazer grandes contribuições no planejamento e gestão ambiental. A proposta principal desta cartografia é representar, através de um mapa, o que a sociedade entende do seu meio.

A cartografia social é, então, instrumento de construção de identidades e movimentos das relações sociais, ela dá aporte para a melhor destinação dos recursos para infraestrutura, assistência social, saúde, educação e demais deveres do estado junto à população. Além disso, é instrumento de análise dessas relações exercidas pelos diversos atores que a

**GEOGRAFARES** 

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Agosto-Dezembro, 2015  
ISSN 2175 -3709

constrói. E possibilita estudos em diversos campos por meio das variadas culturas e da formação dos diversos poderes exercidos.

O estudo por meio das diversas visões possibilita contextualizar os conflitos, de-

sejos, sentimentos, frustrações e opiniões dos moradores a fim de estabelecer as influências dos diversos poderes no espaço onde estão inseridos.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBAGLI, S. Território e territorialidade. In: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. (Orgs.). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília: SEBRAE, 2004. p. 25-69
- ACSELRAD, H. (Org.). **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010.
- \_\_\_\_\_. (Org.). **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013.
- BOLLE, W. Introdução: Walter Benjamin, Fisiognomista da Metrópole moderna. In: \_\_\_\_\_. **Fisiognomia da metrópole moderna: Representação da história em Walter Benjamin**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. pp. 23-45.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. – 4ª ed.- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009
- LÉVY, J. Uma virada cartográfica? In: ACSELRAD, Henri (org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. p. 153-167.
- MARTINS, E. R. **Cultura e poder**. – 2.ed. – São Paulo: Saraiva, 2007.
- OLIVEIRA, L. de. **Estudo metodológico e cognitivo do mapa**. In: ALMEIDA, Rosângela Doin de (org.). **Cartografia Escolar**. São Paulo: Contexto, 2007. pp. 15-41.
- ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Editora Brasileira, 1985.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Pensando o espaço do homem**. – ed. 4 – São Paulo: Editora Hucitec, 1997.
- SEEMANN, J. **Mapas, mapeamentos e a cartografia da realidade**. Revista geógrafares, nº 4, p. 49-60, Junho, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Subvertendo a cartografia escolar no Brasil**. Revista geógrafares, nº 12, p. 138-174, Julho, 2012.
- \_\_\_\_\_. (Org.). **A Aventura Cartográfica: Perspectivas, Pesquisas e Reflexões sobre a Cartografia Humana**. Fortaleza, Expressão Gráfica, 2006. 224 p.
- SOUZA, M. L. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009. p. 57-71
- TINHORÃO, J. R. **Cultura popular: temas e questões**. – 2ª ed. – São Paulo: Editora 34, 2006.
- WIRTH, L. El urbanismo como modo de vida. In: **Bifurcaciones** – Revista de Estudios Culturales Urbanos. Núm. 2, p. 1-15, otoño de 2005. Disponível em: <[http://www.bifurcaciones.cl/002/bifurcaciones\\_002\\_reserva.pdf](http://www.bifurcaciones.cl/002/bifurcaciones_002_reserva.pdf)> acesso em 13 de novembro de 2013.